

# *Economista recomenda reduzir gastos oficiais*

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O ex-diretor do Departamento do Tesouro Nacional, economista Roberto Figueiredo Guimarães, acredita que a saída para o endividamento interno do País é gastar bem menos do que arrecada. Ele estima que um superávit primário (receitas menos despesas, sem incluir o pagamento dos juros das dívidas interna e externa) nas contas públicas igual a US\$ 28 bilhões seria fundamental para aliviar o custo de rolagem da dívida mobiliária federal (representada em títulos).

Essa poupança, equivalente a cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), seria mais do que suficiente para pagar os juros dos papéis em poder do mercado, recuperando a credibilidade do governo frente aos compradores de seus títulos, acredita Guimarães.

O economista é, desde dezembro de 1992, sócio da Planos, Consultoria Financeira, depois de passar todo o governo Collor no comando do antigo Departamento do Tesouro,

hoje Secretaria do Tesouro, do Ministério da Economia. Essa familiaridade com praticamente tudo o que diga respeito às finanças públicas lhe permite uma outra avaliação sobre a dívida mobiliária.

"Não é o valor do estoque da dívida que prejudica o País, mas a falta de confiança do público no devedor, que é o governo", diz Figueiredo. Uma das propostas em estudo pelo ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, era a amortização de US\$ 4 bilhões em Bônus do Banco Central (BBC), papéis de curto prazo, que seriam substituídos por Notas do Tesouro Nacional (NTN), vencíveis em prazos maiores.

Guimarães considera desnecessário o resgate de títulos. Ele argumenta que a dívida em poder do público no dia 31 de janeiro era equivalente a apenas 9% do PIB, ou US\$ 3,7 bilhões.

Será necessário, na opinião do economista, que o governo faça ampla reforma fiscal e privatize suas empresas para financiar a juros e prazos razoáveis a sua dívida.